

Padrões de cooperação, padrões de inserção: a cooperação técnica agrícola entre Brasil e Venezuela para além da inserção na “sociedade do conhecimento”¹

Cooperation patterns, insertion patterns: the agricultural technical cooperation between Brazil and Venezuela beyond the insertion in the “knowledge society”

Verena Hitner | verena.hitner@gmail.com

Doutoranda no Centro de Estudos do Desenvolvimento da Universidade Central da Venezuela (CENDES-UCV). Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), mestre em Integração da América Latina pela mesma Universidade (PROLAM-USP).

Maria Carames Carlotto | mariacarlotto@yahoo.com.br

Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), mestre e doutora em sociologia pela mesma universidade (FFLCH-USP).

Recebimento do artigo Dezembro de 2014 | **Aceite** Dezembro de 2014

1 Este artigo é uma versão modificada e atualizada do artigo aprovado pela Revista *Nuevo Mundo* intitulado *La cooperación técnica agrícola de Brasil y Venezuela: la búsqueda por la inserción en la sociedad del conocimiento*.

Resumo O presente artigo pretende contribuir para a análise dos novos padrões de cooperação técnica que emergiram na América do Sul nos anos 2000, visando construir um novo padrão de integração no contexto de globalização produtiva e tecnológica. Para tanto, o trabalho considera o caso de cooperação agrícola entre Brasil e Venezuela a partir de 2005, liderada pela Embrapa, através da sua recente política de internacionalização. O artigo se divide em três partes. A primeira se volta para a análise do paradigma conceitual da sociedade do conhecimento, procurando enfatizar algumas implicações teóricas e políticas desse modo de entender a inserção econômica no capitalismo global. A segunda analisa em que medida o padrão de cooperação estabelecido recentemente entre esses dois países latino-americanos aponta para um novo padrão de inserção, que denominamos "estratégico". Por fim, concluímos com um conjunto de questões que, no campo dos estudos de cooperação internacional, se abrem para aqueles que querem entender o real significado da emergência de novos padrões de inserção global em contextos periféricos e suas implicações. **Palavras-chave** relação Brasil-Venezuela, sociedade do conhecimento, cooperação técnica.

Abstract This paper aims to analyze the new patterns of technical cooperation that emerged in South America in the 2000s, seeking to build a new pattern of integration in this new productive and technological context of globalization. Therefore, the work considers the case of agricultural cooperation between Brazil and Venezuela from 2005, led by Embrapa, through its recent internationalization policy. The article is divided into three parts. The first turns to the analysis of the conceptual paradigm of the knowledge society, seeking to highlight some theoretical and political implications of this way of understanding the economic integration in the global capitalism. The second analyzes how the pattern of this recent cooperation established between the two Latin American countries points to a new standard of integration, which we call "strategic". Finally, we conclude with a set of issues that, in the field of international cooperation studies, are opening to those who want to understand the real meaning of the emergence of new global patterns of inclusion in peripheral contexts and its implications. **Key-words** Brazil-Venezuela relationship, knowledge society, technical cooperation.

Introdução

No âmbito dos estudos sobre desenvolvimento econômico e padrões de inserção e cooperação internacional, o conceito de "sociedade do conhecimento" vem sendo amplamente utilizado para descrever o modelo predominante de organização do capitalismo global, em que a geração e a aplicação sistemática de conhecimento e tecnologia tornam-se elementos essenciais da dinâmica econômica atual. De fato, o inegável dinamismo que os setores intensivos em conhecimento vêm apresentando nos últimos anos torna impossível ignorar o impacto que os processos de inovação exercem na economia e, conseqüentemente, na relação que os países estabelecem entre si no sistema internacional. Reconhecer a importância da inovação tecnológica para a dinâmica econômica atual não significa, no entanto, aplicar de modo acrítico o paradigma da sociedade do conhecimento, tampouco aceitar a inevitabilidade do padrão liberal de inserção internacional que esse paradigma projeta.

Ao contrário, uma análise que procure dar conta do sentido exato do conceito de sociedade do

conhecimento e suas implicações precisa reconhecer, como dimensão essencial do problema, que esse conceito desempenhou um papel político importante na América Latina durante dos os anos 1990, ao tornar-se o modo hegemônico de compreender o problema da globalização na região, contribuindo para legitimar um padrão específico de inserção internacional baseado na simples adesão à liberalização econômica e no conseqüente abandono de uma visão mais estratégica de desenvolvimento, de inserção econômica e de cooperação internacional (cf. Arbix, 2002, Theis, 2013).

A discussão sobre dois padrões distintos de desenvolvimento, inserção e cooperação internacional pareceu estar superada no cenário político brasileiro, tendo em vista os resultados positivos alcançados pela política externa do país ao longo dos anos 2000, a qual reivindicava, justamente, a viabilidade de um novo padrão de inserção, cooperação e desenvolvimento econômico. O agravamento da crise financeira de 2008, no entanto, reacendeu esse debate, colocando novamente em questão a viabilidade de uma estratégia alternativa de desenvolvimento, inserção e cooperação internacional. Atualmente, a diversificação dos parceiros comerciais do Brasil, o ativismo brasileiro em fóruns internacionais, o fortalecimento de blocos comerciais visando a integração regional e o alinhamento estratégico com outros países do sul global, em particular os BRICS, são dimensões da política externa brasileira que se encontram em debate tanto no âmbito acadêmico quanto político. Ressurgem, nesse contexto, vozes que defendem uma política mais “pragmática”, de aproximação comercial com a Europa e os Estados Unidos, tendência fragilizada desde o abandono das negociações da ALCA em 2005. Dessa perspectiva, ganha força o argumento de que o Brasil precisa se integrar nas cadeias produtivas globais – as chamadas redes de inovação-produção-comercialização – lideradas pelos países desenvolvidos caso queira absorver conhecimento e tecnologia, incrementando sua produtividade (cf. Barbosa, 2013). Diante desse novo cenário, torna-se ainda mais necessário reavaliar as teorias que defendiam a inserção automática dos países em desenvolvimento nos fluxos internacionais de tecnologia e conhecimento hegemônicos pelos países desenvolvidos.

Assim, partindo de uma crítica do conceito de “sociedade do conhecimento”, o presente artigo pretende contribuir para a análise dos novos padrões de cooperação técnica que emergiram na América Latina nos anos 2000 e que buscavam, ao menos formalmente, construir um novo padrão de integração no contexto de globalização produtiva e tecnológica, padrão esse que visava subverter as relações de desigualdade e dependência que marcaram, historicamente, a inserção econômica da região. Para tanto, este trabalho considera especificamente o caso de cooperação na área agrícola entre Brasil e Venezuela a partir de 2005, liderada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, mais conhecida como Embrapa, através da sua recente política de internacionalização.

Para desenvolver o percurso proposto, o artigo se divide em três partes. A primeira intitulada “*O conceito de sociedade do conhecimento e o padrão liberal de inserção internacional*” se volta para a análise do paradigma conceitual da sociedade do conhecimento, procurando enfatizar algumas implicações teóricas e políticas desse modo de entender a inserção econômica no capitalismo global. A segunda, intitulada “*A cooperação técnica agrícola entre Brasil e Venezuela: da inserção liberal à inserção estratégica*”, analisa em que medida o padrão de cooperação estabelecido recentemente entre esses dois países latino-americanos aponta para um novo padrão de inserção, que denominamos “estratégico”. Por fim, concluímos com um conjunto de questões que, no campo dos estudos de cooperação internacional, se abrem para aqueles que querem entender o real significado da emergência de novos padrões de inserção global em contextos periféricos e suas implicações.

O conceito de sociedade do conhecimento e o padrão liberal de inserção internacional

O conceito de “sociedade do conhecimento”, tal como formulado nas esferas acadêmica e política durante os anos 1990, disseminou-se rapidamente pelo campo latino-americano de ciências sociais a ponto de tornar-se um lugar-comum nos estudos locais sobre desenvolvimento, globalização e padrões de integração produtiva, inserção econômica e cooperação técnica (Theis, 2013). Antes de mais nada, é importante notar que falar em “sociedade do conhecimento” significa tangenciar uma constelação de outros termos e conceitos tais como os pressupostos nas teorias da “sociedade da informação” (Castells, 1998), da “economia cognitiva” (Moulier-Boutang, 2001, 2005 e 2010) e, sobretudo, da assim chamada “nova economia” (Chesnais, 1993; Nelson, 1993). Em todos esses casos, com pequenas variações, assume-se o pressuposto de que a economia – e, logo, a organização social como um todo – estaria, cada vez mais, baseada no uso sistemático de tecnologia, informação e conhecimento, o que implicaria mudanças significativas no paradigma de desenvolvimento, inserção, integração e cooperação internacional.

Ao analisar a emergência desse novo consenso, de que o conhecimento tornou-se a base da sociedade e da economia, alguns autores como Benoît Godin (2004) e Naubahar Sharif (2006) enfatizam o papel crucial que os *thinks thanks* mais importantes dos países centrais, tais como a OCDE, o Banco Mundial, a Unctad e a Comissão Europeia, desempenharam na sua formulação e disseminação (cf. Godin, 2004; Sharif 2006). Assim, mobilizando um artefato teórico e empírico da sociologia da ciência, esses autores procuram mostrar como, mais do que teorias neutras e descritivas sobre o novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, essas matrizes conceituais podem ser consideradas como “discursos performativos”² que induziram e legitimaram reformas institucionais, sobretudo nos países chamados “em desenvolvimento”. Como tais, contribuem para o processo de normatização da política de diferentes países no contexto atual de globalização, processo que atingiu seu auge com a força do chamado “Consenso de Washington”³.

Mobilizar essas pesquisas que apontam a origem social e historicamente situada do consenso que se inspira no paradigma da sociedade do conhecimento ajuda a compreender o seu significado político e social, mas não basta para justificar porque ele ajudou a orientar e legitimar as reformas liberalizantes promovidas durante os anos 1990, em especial na América Latina. É preciso considerar, também, o conteúdo epistemológico desse paradigma, ou seja, qual o diagnóstico histórico implícito no conceito de “sociedade do conhecimento” e quais as implicações práticas e políticas que derivam dele.

2 A noção de “discursos performativos” é usada por autores como Michel Callon, Fabian Muniesa e Terry Shinn para explicar a forma e a função de alguns conceitos que, no campo de ciências sociais, cumprem menos um papel epistemológico do que político. Para uma análise de como as teorias da inovação funcionaram no Brasil como um discurso performativo ver Carlotto, 2013.

3 Dessa perspectiva, é interessante notar que o principal livro de Castells, *A sociedade em rede* foi publicado no Brasil no final dos anos 1990, com prefácio do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em que ele classifica o livro como “especialmente relevante para os que devem tomar decisões práticas na condução dos assuntos de governo” (cf. Castells, 1999, p. 35)

Do ponto de vista do seu diagnóstico histórico, o paradigma da sociedade do conhecimento – que segundo seus principais formuladores é inseparável da emergência das tecnologias da informação e da comunicação (Pérez, 2004; Castells, 1999) – enfatiza, em uma chave quase teleológica, o surgimento de um novo estágio de desenvolvimento, caracterizado pela capacidade dos agentes econômicos e sociais de obter e compartilhar conhecimento e informação livremente em âmbito global. Nesse novo estágio de desenvolvimento, o crescimento econômico deve ser explicado essencialmente pela eficiência dos processos nacionais de inovação, o que significa dizer que, do ponto de vista da inserção internacional dos países, a “sociedade do conhecimento” representaria um novo momento, marcado pela possibilidade de importar não apenas bens e serviços produzidos por outros países mas, sobretudo, informação e conhecimento gerados externamente (Bernal Meza, 2007, p. 25). A emergência da “sociedade do conhecimento” corresponde, portanto, a um novo paradigma de desenvolvimento e, conseqüentemente, de uma nova forma de inserção internacional, resultado das possibilidades técnicas abertas pelos sistemas tecnológicos, em especial dos progressivos processos de informatização e criação de redes (Cepal, 2003).

No âmbito das teorias da sociedade do conhecimento, a contribuição do sociólogo Manoel Castells é inegável e a análise da sua obra permite entender melhor os limites desse paradigma. Segundo o autor, a revolução suscitada pela “nova era tecnológica” não se baseia na crescente privatização do conhecimento e centralização da informação, como afirmam em geral os seus críticos (cf. Coriat, 2002), mas, ao contrário, na progressiva aplicação generalizada e descentralizada da informação para a geração de novos conhecimentos (Castells, 1999). Essa visão essencialmente otimista do processo de desenvolvimento tecnológico recente permeia toda a obra de Castells, desde a trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (Castells, 1999, 2001, 2003) até o seu mais recente *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet* (Castells, 2013)

A contribuição específica da análise de Castells para a teoria da “sociedade do conhecimento” é a identificação dos traços distintos do momento atual – marcado pela revolução das tecnologias da informação e da comunicação – em comparação com períodos históricos anteriores, também caracterizados pela introdução de tecnologias de forte impacto socioeconômico. Segundo Castells, a revolução tecnológica atual é diferente de outras, em primeiro lugar, pela sua disseminação global e acelerada – ou seja, ainda que não simultaneamente, trata-se de um processo que se espalhou por todo o mundo em menos de duas décadas – e, em segundo lugar, o que para nós passa a ser um ponto controverso, porque pressupõe a inclusão dinâmica dos países com níveis tecnológicos distintos em um mesmo mercado global de informação (cf. Castells, 1999).

Assim, o pressuposto analítico dos teóricos da sociedade do conhecimento, em particular de Castells, é que, em algum momento, todos os países necessariamente se integrarão nessa nova sociedade e que, de modo quase automático, essa integração gerará efeitos econômicos e sociais totalmente benéficos, ao capacitar esses países para gerar conhecimento, motor do dinamismo econômico atual. Perde espaço, nessa leitura, não só os limites estruturais para a superação da condição de subdesenvolvimento como, também, as barreiras institucionais que vêm sendo construídas para a difusão do conhecimento e da informação, dentre as quais se destacam a propriedade intelectual e as diferentes formas de segredo industrial e privatização do conhecimento. Assim, na interpretação predominante que os teóricos da sociedade do conhecimento produziram do atual estágio de desenvolvimento capitalista, a tecnologia aparece, em geral, como ferramenta neutra para a geração de conhecimento e, portanto, de crescimento econômico, o que torna a “sociedade do conhecimento” uma etapa ao mesmo tempo irreversível e irresistível.

A visão de Castells sobre a neutralidade da tecnologia e a inevitabilidade da sociedade do conhecimento aparece de forma mais clara nas intervenções políticas do autor como, por exemplo, na palestra que o sociólogo proferiu no Rio de Janeiro, em outubro de 2002, por ocasião do seu 50º aniversário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e intitulada *O novo paradigma do desenvolvimento e suas instituições: conhecimento, tecnologia da informação e recursos humanos*. Analisando especificamente a situação da América Latina, Castells afirmava, no começo dos anos 2000, que além de ser urgente para os países da região retomar o seu crescimento econômico, era igualmente necessário que seus governos compreendessem e aceitassem que o paradigma de desenvolvimento havia mudado tornando-se “o mesmo em todas as partes” (Castells, 2002, p.398). Essa mudança tornava a adesão ao mesmo inevitável e imperativa. Em suas palavras:

Como afirmam analistas, críticos e líderes políticos em debates a respeito da região [América Latina], o crescimento econômico, na nova economia aberta, deve ser complementado por uma política de redistribuição. Contudo, para poder redistribuir, primeiro os países precisam gerar riquezas. Isso significa que a ênfase precisa voltar, como nos bons tempos da economia desenvolvimentista, para o crescimento econômico baseado na produtividade e para a geração das condições dessa produtividade: o desenvolvimento das forças produtivas. O problema é que, hoje em dia, as forças produtivas não se medem em toneladas de aço nem em quilowatts, como diriam Henry Ford ou Lênin, mas na capacidade inovadora de gerar valor agregado através do conhecimento e da informação. Esse modelo de crescimento econômico baseado no conhecimento é o mesmo em toda parte, como foi a industrialização no paradigma do desenvolvimento. Ele requer o uso de tecnologias de informação e comunicação (Castells, 2002, p. 398).

O novo paradigma de desenvolvimento, que o autor por vezes denomina de “economia em rede”, parece não deixar escolha,

Portanto, a verdadeira questão é saber quais são os obstáculos a superar na América Latina para que ela desenvolva seu modelo específico de incorporação na economia em rede, baseada no conhecimento, e quais são as condições a satisfazer para eliminar os bloqueios atuais no caminho do novo desenvolvimento (Castells, 2002, p. 410).

O argumento Castells reforça, assim, um ponto de vista afinado aos interesses dos países desenvolvidos, inegáveis detentores dos saberes e tecnologias mais importantes da nossa época e, ao mesmo tempo, responsáveis pela criação das principais barreiras de acesso a elas como o fortalecimento da propriedade intelectual, sobre o tema do desenvolvimento econômico. Isso porque, para ele, o problema não está na integração desigual ou nas barreiras legais, institucionais e econômicas impostas à integração, mas sim na exclusão voluntária dos países tecnológica e economicamente subdesenvolvidos em relação à sociedade do conhecimento, o que torna prioritária a cooperação internacional, em especial de tipo norte-sul, já que:

A lógica de formação de redes do novo sistema global permite integrar numa rede tudo o que é valioso e, ao mesmo tempo, desligar dela tudo o que não tem valor ou é desvalorizado, conforme os critérios dominantes nas redes globais de capital, informação e poder. Portanto, o mundo já não se divide em norte e sul, mas entre áreas e pessoas que estão ligadas a essas redes ou desligadas delas. Essa tendência levanta a questão fundamental de como difundir o dinamismo dos nodos meridionais das redes globais para o Sul como um todo (Castells, 2002, p. 401).

Ao pressupor que a transformação da informação e do conhecimento em elementos-chave da dinâmica econômica abriu uma janela de oportunidade inédita para o desenvolvimento de todos os países, o conceito de sociedade do conhecimento colocou na agenda política e de pesquisa o problema da inserção internacional dos países, apostando, com o pensamento liberal hegemônico na época, que a simples participação dos fluxos internacionais de conhecimento e tecnologia permitiria aos países antes chamados “subdesenvolvidos” superar, por si só, seu atraso histórico. Nessa chave, saiu de foco, como dito, não somente a questão dos limites estruturais ao desenvolvimento econômico da região como o problema das estratégias específicas de inserção internacional que tornariam esses países capazes de superar tais limites estruturais.

Dessa perspectiva, é interessante observar como o conceito de “sociedade do conhecimento” foi incorporado pelas Nações Unidas, que ajudou a projetar e a legitimar um conjunto de reformas que impactaram profundamente a América Latina durante os anos 1990. Segundo a ONU, a sociedade do conhecimento marcaria uma etapa qualitativamente nova no desenvolvimento sociotécnico, ao qual todos devem ter pleno acesso. Assim, o conceito de “sociedade do conhecimento” tal como desenvolvido e disseminado por esse órgão internacional assume também o caráter de um “modelo normativo” homogeneizante (cf. Bernal Meza, 2007, p. 29), que contém todas as regras necessárias aos países que pretendem garantir seu desenvolvimento: i) liberalização de fluxos (de capital, serviços, comunicação e conhecimentos); ii) desregulamentação de mercados; e iii) reformas institucionais visando a promoção da competitividade internacional como a redução do Estado (Becerra, 2003), o que ajudaria a garantir uma “unidade planetária” (Bernal Meza, 2007, p. 29). No contexto dos países latino-americanos, como dito, essa visão contribuiu para reforçar e legitimar as reformas econômicas que foram realizadas na região a partir do final dos anos 1980, com o objetivo de modernizar a região segundo modelos institucionais predominantes nos países desenvolvidos, nos moldes do já mencionado Consenso de Washington.

Do ponto de vista da política macroeconômica, como se sabe, o Consenso de Washington favoreceu uma visão que defendia que, no âmbito do comércio internacional, cada país deveria investir em bens que utilizassem mais intensamente os fatores produtivos disponíveis, ou seja, as suas vantagens comparativas estáticas. Assim, os planos de modernização produtiva da América Latina dos anos 1990 destacavam a necessidade de fortalecer as exportações (Batista, 1994) ao mesmo tempo em que abandonavam toda e qualquer forma de política industrial vista, na chave liberalizante, como protecionismo (Arbix, 2002). Consequentemente, na maioria dos países latino-americanos, a política econômica neoliberal que foi implementada colocou toda a ênfase na dimensão macroeconômica, prestando pouca atenção ao desenvolvimento da capacidade tecnológica da indústria local, contribuindo para debilitar ainda mais as capacidades técnico-produtivas da região. Os efeitos dessa visão foram ainda mais graves porque a América Latina não dispunha, na época, de uma estrutura produtiva com capacidade econômica e tecnológica

para absorver as mudanças tecnológicas e o aumento de produtividade que ocorria simultaneamente à abertura econômica (Mercado, 2005, p. 4). Assim, é possível dizer que os anos 1990 inauguraram uma tendência redução do setor industrial na composição do PIB latino-americano, seja em função do incremento do setor de serviços de baixa qualificação seja pelo fortalecimento do setor extrativista e agroexportador, ambos impulsionados pelo *boom* de *comodities* que marcou os anos 2000.

Da perspectiva da teoria da sociedade do conhecimento, esse descaso com a política industrial, em especial com a política de capacitação científico-tecnológica, não aparecia como um problema uma vez que, como dito, tratava-se de defender a simples participação nos fluxos internacionais de informação e conhecimento, que automaticamente garantiriam os benefícios da “nova economia”. A ideia de que a informação e o conhecimento seriam bens “não rivais e não excludentes” contribuía para reforçar essa visão liberal e pouco estratégica da inserção internacional. Desnecessário dizer que essa visão de que participação nos fluxos internacionais garantiria, por si só, a incorporação de novos conhecimentos e tecnologias se afinava, também, ao ideal de diminuição do papel do Estado como agente de política industrial e de desenvolvimento inerente ao consenso neoliberal.

Um exemplo claro dos efeitos políticos do predomínio dessa visão liberal pode ser observado, por exemplo, na posição do Brasil em relação ao TRIPS – *Trade Related Aspects of Intellectual Properties* – negociado e aprovado no âmbito do GATT, hoje OMC, no começo dos anos 1990. Depois de resistir, politicamente, às pressões pela adoção de padrões mais duros de proteção à propriedade intelectual orquestradas pelos Estados Unidos em negociações bilaterais, e de atuar no âmbito do GATT para que o TRIPS não entrasse na pauta da Rodada do Uruguai em âmbito internacional (Drahos, 1995; Tachinardi, 1993), o Brasil terminou por adotar, internamente, o discurso de que a inserção no novo paradigma de desenvolvimento da sociedade do conhecimento dependia da adoção do marco jurídico-institucional dos países desenvolvidos. Esse discurso, de que o país precisava passar por um processo interno de modernização para se inserir na assim chamada “sociedade do conhecimento” (Santos, 2003), levou o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso a adotar uma lei de propriedade intelectual mais rígida do que as exigências do próprio TRIPS e quase dez anos antes do prazo estabelecido pelo acordo, o que contribuiu para restringir as possibilidades do país de superar o seu atraso tecnológico (Negri, 2012; Carlotto, 2013). Esse movimento ocorreu, de certo modo, em toda a América Latina e Caribe, contribuindo, segundo Fabio Sunshine, para aumentar a “taxa de dependência” dos países da região (cf. Sunshine, 2005).

Mas do ponto de vista que interessa neste artigo, é importante notar que essa visão liberal e pouco estratégica do padrão de inserção na sociedade do conhecimento se refletiu, também, no padrão de cooperação internacional mantido pelos países latino-americanos, em especial o Brasil, durante os anos 1990. Segundo Amado Luiz Cervo, na sua pesquisa sobre a história da cooperação técnica internacional do Brasil entre os anos 1960 e 1990, a cooperação desenvolvida pelo país até 1980 produziu uma política efetiva de incorporação de conhecimento técnico e tecnológico voltado para o desenvolvimento (Cervo, 1994, p. 38). No entanto, esse modelo de “aproveitamento de oportunidades concretas colocadas ao alcance dos países em via de desenvolvimento” (Cervo, 1994, p. 38) começou a entrar em crise no começo dos anos 1990 justamente em função da política neoliberal que passou a ser implementada, colocando a ênfase da cooperação técnica tradicional – a chamada Cooperação Norte-Sul – cada vez mais na implementação de reformas de Estado voltadas à promoção da “boa governança”, ou seja, da eficiência do Estado com a adesão a práticas como privatizações, terceirizações e ênfase na gestão pública centrada em resultados, ou ainda na promoção da segurança, democracia e sustentabilidade como estratégias de

statebuilding (Chandler & Sisk, 2013).

Essa visão de que o conteúdo da cooperação internacional para o desenvolvimento nos seus moldes tradicionais, ou seja, no padrão norte-sul, passou a se concentrar progressivamente em temas político-sociais, em detrimento de projetos de cooperação científica de fato, também é observada por Carlos Milani, Bianca Suyama e Luara Lopes em recente relatório sobre políticas para a Cooperação Internacional. Segundo os autores:

[...] as estratégias e políticas de cooperação dos países do CAD [OCDE] são convergentes em torno de princípios construídos pela instituição, centrando-se em alguns temas que se repetem nos países estudados (como desenvolvimento sustentável, governança, democracia e segurança) (Milani, Suyama & Lopes, 2013, p. 41).

O sentido político e social dessa cooperação tradicional para o desenvolvimento focada na construção e reforma de estruturas de Estado torna-se ainda mais claro quando comparado às novas formas de cooperação para o desenvolvimento que emergiram a partir dos anos 2000, sobretudo entre os países que resolveram promover, ainda que de modo limitado, políticas em prol do desenvolvimento econômico. É nessa chave que devemos entender a prioridade dada, mais recentemente, à cooperação entre países do Sul, a chamada Cooperação Sul-Sul. Assim, enquanto os países do norte “tendem a priorizar temas sociais [...] os países do Sul também investem em infraestrutura, energia e *cooperação científica e tecnológica*” (Milani, Suyama e Lopes, 2013, p. 41, grifo nosso). Desse modo, como insistem os autores:

O foco mais recente da Cooperação Sul-Sul (CSS) recolocou a política no centro do debate, pois não se trata apenas de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, mas também de *relações estratégicas*, de novas coalisões e quiçá um novo papel internacional aspirado por alguns países do sul (Milani, Suyama e Lopes, 2013, p. 3; grifo nosso).

É partindo dessa hipótese, de que as recentes mudanças na política de cooperação internacional do Brasil refletem a busca por um novo padrão – mais estratégico – de inserção no capitalismo global que propomos analisar a cooperação técnica entre Brasil e Venezuela na área agrícola, procurando mostrar como essa política de cooperação está para além da mera tentativa de inserção na sociedade do conhecimento nos moldes promovidos durante os anos 1990.

A cooperação técnica agrícola entre Brasil e Venezuela: da inserção liberal à inserção estratégica

A história da cooperação internacional é, como se sabe, inseparável das disputas por hegemonia que se travaram depois da Segunda Guerra Mundial entre os dois principais blocos de

poder. Durante a Guerra Fria (1945-1989), portanto, as superpotências mobilizaram amplamente a cooperação internacional para o desenvolvimento – também chamada Ajuda Oficial ao Desenvolvimento – como instrumento de projeção internacional. Enquanto os Estados Unidos defenderam o progresso social e econômico nos países pobres como forma de evitar a propagação do “comunismo”, a União Soviética apoiou o desenvolvimento com base no princípio de que as técnicas de planejamento parcial ou integral favoreciam a difusão do seu modelo *vis-à-vis* ao modelo norte-americano.

As primeiras ressalvas a esse modelo tradicional e verticalizado de cooperação internacional – também descritos como assimétricos e assistencialistas – aparecem de forma marcante na Conferência de Bandung, já em 1955. No entanto, foi sobretudo nos anos 1970 que a crítica a esse modelo de cooperação técnica ganhou força, impulsionando internacionalmente a agenda da Cooperação Sul-Sul. É nesse contexto, por exemplo, que surge a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), bem como a agência especial voltada à Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), essa última no âmbito do PNUD e ambas em uma tentativa de responder às críticas emergentes. Uma das principais expressões desse processo de fortalecimento da agenda da cooperação sul-sul foi a realização, em 1978, da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, que teve suas recomendações sintetizadas no chamado Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que cunhou o termo “cooperação horizontal”, que passou a marcar o debate desde então (cf. Morosini, 2011; Saraiva, 2007).

No caso do Brasil especificamente, os anos 1970 marcam um esforço, por parte do país, para fortalecer a cooperação internacional de tipo sul-sul. Desse modo, entre 1972 e 1979, foram firmados pelo menos 15 acordos de cooperação-técnica com países da África e Oriente Médio⁴, entre os quais o Egito, o Iraque, o Kuwait e a Nigéria. No entanto, apesar desse esforço inicial, a Cooperação Sul-Sul não adquiriu relevância a ponto de alterar essencialmente a política de cooperação internacional do país, sobretudo porque a crise fiscal dos anos 1980 e a política neoliberal dos anos 1990 contribuíram para enfraquecer as iniciativas de cooperação técnica entre o Brasil e outros países em desenvolvimento, impedindo o fortalecimento interno dessa agenda de cooperação horizontal. Não por acaso, portanto, ao analisar a história da política de cooperação técnica internacional brasileira, Amado Cervo enfatiza que a criação da Associação Brasileira de Cooperação (ABC), centralizando a política de cooperação antes dividida entre a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica da Secretaria Especial de Planificação da Presidência da República (SEPLAN) e a Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ocorre justamente no momento em que os esforços de cooperação técnico-científica começam a entrar em declínio em função do projeto liberal de desmonte do Estado (cf. Cervo, 1994, p. 45).

Assim, até os anos 1990, os países doadores de cooperação eram, em geral, países altamente industrializados e desenvolvidos, com altos níveis de renda, enquanto os receptores eram, sobretudo, países de renda média ou baixa, que acabavam assumindo uma posição passiva na relação de cooperação, que ocorria no âmbito de relações fortemente verticalizadas – a assim chamada Cooperação Norte-Sul – e segundo padrões de interações muito assimétricos. Além disso, a desigualdade intrínseca entre os doadores e receptores de cooperação no modelo tradicional tornava ainda difícil ignorar o peso do colo-

4 Informações da Associação Brasileira de Cooperação, disponíveis em www.abc.gov.br

nialismo e do etnocentrismo nas interações entre esses países fortemente desiguais.

Foi em grande medida buscando romper com esse modelo tradicional de cooperação internacional, marcado por um caráter pouco especializado, assimétrico e assistencialista (Cervo, 1994, p. 39) que, a partir dos anos 2000, alguns países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e da Venezuela, procuraram consolidar um novo padrão de cooperação internacional, marcado não só por um novo protagonismo, expresso no fato desses países se tornarem doadores do cooperação, como também pela ênfase em novos aspectos, em especial científico-tecnológicos, em áreas consideradas estratégicas para os países em questão.

A ênfase política na cooperação em ciência e tecnologia entre países de renda média a partir dos anos 2000 se justifica, do ponto de vista internacional, pela importância crescente dos processos de cooperação nas áreas técnica e científica em todas as regiões, como demonstram projetos de pesquisa como os desenvolvidos no âmbito da Organização Europeia para Pesquisa Nuclear, mais conhecida como CERN⁵. Mas, para além dessa tendência geral, também assume um papel relevante, no contexto específico da América Latina, a eleição de governos no geral críticos às políticas neoliberais a partir do final dos anos 1990, que possibilitou a elaboração de um novo paradigma de desenvolvimento, em que a cooperação internacional em áreas estratégicas assume um lugar central. Designado por alguns de neo-desenvolvimentista (Barbosa & Souza, 2010; Schutte, 2012) e por outros de logístico (Cervo, 2008), esse novo paradigma de desenvolvimento se baseia, sobretudo, em uma participação mais ativa do Estado em matéria de política industrial, científico-tecnológica e de comércio exterior, visando, ao menos do ponto de vista formal⁶, a busca de uma inclusão mais autônoma e estratégica desses países no contexto internacional.

Como parte desse processo de afirmação de uma nova política de desenvolvimento, o governo brasileiro, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, formalizou uma política industrial mais ativa, com foco em inovação tecnológica e inserção estratégica via comércio exterior. Assim, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) lançada em 2004 enfatizava a importância de se articular a política de desenvolvimento, capacitação tecnológica e integração regional. *O documento Diretrizes estratégicas de política industrial, tecnológica e de comércio exterior* que subsidia essa nova política já anunciava a importância dessa relação uma vez que a PITCE deveria “se articular com a nova política regional, contribuindo para uma maior integração nacional e para a redução das disparidades regionais entre estados e sub-regiões” (Brasil, 2003, p.3).

É nesse contexto que ganha importância, no plano político, as iniciativas diversas de integração produtiva entre países latino-americanos como apontam diversas estratégias conjuntas de desenvolvimento regional como o fortalecimento do Mercosul e da Unasul. No que concerne às relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, esse novo paradigma incentivou uma forma de aproximação que não se baseasse apenas no comércio, reconhecendo, também, a importância de uma aproximação geopolítica visando melhorar o desenvolvimento produtivo entre os dois países.

Assim, como se sabe, as relações entre Brasil e Venezuela se tornaram mais fortes ao longo da

5 *Organisation Européenne pour la Recherche Nucléaire*, mais conhecida como CERN, nome do antigo Conselho Europeu para a Pesquisa Nuclear, *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire*.

6 É importante notar que, nesse momento, estamos avaliando apenas o discurso inerente à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento, o que explica o cuidado em diferenciar o aspecto formal e efetivo das políticas implementadas.

década de 2000, no bojo de uma aproximação comercial e política até que em 2005, os presidentes dos dois países assinaram a denominada “Aliança Estratégica”, e em 2007, assumiram a “diplomacia da solidariedade”, em que a cooperação internacional tornou-se uma ferramenta importante para, segundo o acordo, reduzir as assimetrias entre os dois países. Durante a Reunião Presidencial de 13 de dezembro de 2007, foram assinados nove acordos bilaterais, um programa e um protocolo de intenções sobre a cooperação agrícola, cooperação em saúde, cooperação industrial, petroquímica e energia hidrelétrica. Além disso, foi estabelecido um prazo de três meses para um novo encontro entre os presidentes.

Foi nesse sentido que a Venezuela, país fronteiriço e com intensas relações comerciais com o Brasil, afirmou-se como um aliado estratégico do país, tornando-se objeto de uma política especial de cooperação internacional. Como resultado disso, os então presidentes do Brasil e da Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, que até 2005 mantinham acordos apenas em temas tradicionais de comércio, passaram a priorizar novos aspectos como a cooperação em educação, sistema bancário, combate à fome e à pobreza e, o que nos interessa particularmente, desenvolvimento tecnológico. A complexidade da cooperação internacional nesses temas implicou a mobilização de novos atores, levando diversos órgãos públicos brasileiros como a Caixa Econômica Federal, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola a utilizarem a sua experiência em ações de cooperação para se engajar na nova política de cooperação e integração desenhada pelo governo brasileiro.

No caso específico da relação Brasil-Venezuela, essa tendência, somada à periodicidade dos encontros entre os presidentes, tornou possível a assinatura de acordos entre ministérios e outros institutos e órgãos públicos brasileiros que não apenas a presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores. É o caso particular da cooperação no campo agrícola, no qual Brasil e Venezuela, por meio de suas agências específicas, firmaram uma série de acordos importantes, em especial o Acordo sobre o Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento Agrícola na República Bolivariana da Venezuela, assinado entre a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) e a INIA (Instituto Nacional de Investigaciones Agrícolas) no mesmo dia em que os presidentes dos dois países assinaram o acordo geral de cooperação agrícola entre os países.

O acordo assegurava que a Embrapa daria continuidade a projetos já em andamento nas áreas de produtos cítricos, café e mandioca, além de buscar a identificação de novas áreas de cooperação agrícola, como o desenvolvimento de uma cadeia produtiva relacionada à criação pecuária bovina, caprina, suína e de aves. Além disso, a experiência e a base tecnológica da Embrapa foram colocadas à disposição da Venezuela para a organização do seu plano nacional de sementes (Comunicado Conjunto, 26/03/2008). Para a execução dos projetos de cooperação industrial e agrícola a Venezuela dispôs de US\$ 100 milhões que seriam administrados pela Embrapa e ABDI. No bojo desse processo, em março de 2008, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)⁷ e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

7 A Embrapa foi criada em 1973, no contexto político da ditadura militar brasileira, em um período marcado, do ponto de vista do desenvolvimento, por um modelo descrito pela literatura como “desenvolvimento associado”. Quer dizer que nesse momento se acentua um processo de expansão capitalista marcado por uma inserção internacional dependente no sistema internacional. O modelo não supunha, portanto, uma estratégia de autonomia efetiva em relação ao centro do sistema mundial ou mesmo qualquer alternativa ao processo de industrialização baseado na superexploração de mão de obra abundante e pouco qualificada.

(ABDI) abriram escritórios em Caracas, estabelecendo programas de cooperação agrícola e industrial.

A participação da ABDI no convênio entre a Embrapa e a INIA já indica a cooperação entre Brasil e Venezuela em matéria agrícola está diretamente relacionada à reestruturação da política industrial e tecnológica brasileira desde 2003 e ao papel que os governos dos dois países assumiram no processo de integração econômica da região. O Brasil, embora tenha organizado o seu desenvolvimento com base em recursos naturais nas últimas décadas, conseguiu agregar tecnologia à produção primária, sobretudo através da atuação da Embrapa. No entanto, a política de desenvolvimento industrial desenhada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva – a assim chamada Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, PITCE – pretendia ir além do “adicionar tecnologia” à produção agrícola, tornando o Brasil exportador de tecnologia para produção agrícola.

Nesse sentido, ao considerar a política de cooperação da Embrapa na Venezuela é preciso olhar, necessariamente, para duas dimensões: a dimensão política e a dimensão técnico-científica. A dimensão política refere-se ao fato que se trata de um modelo de política pública entre países que buscam maior integração na sociedade do conhecimento. A dimensão técnico-científica refere-se ao fato de que essa cooperação envolve diretamente a difusão e apropriação do conhecimento e tecnologia.

A Embrapa surgiu, no contexto da ditadura militar, como uma instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. O objetivo, na época, era o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnicas e científicas sobre a agricultura e pecuária no Brasil. No entanto, embora tenha havido grandes investimentos em ciência e tecnologia, a regra geral das décadas de 1960, 1970 e 1980 foi a baixa capacidade das empresas nacionais, cuja modernização dependia de tecnologia importada.

Atualmente, a Embrapa tem uma estrutura organizacional composta por Unidades de Investigação Serviço de Unidades e Unidades Central, com 9.248 funcionários, dos quais 2.215 são pesquisadores. Suas unidades (de pesquisa) estão agora em quase todos os estados brasileiros e sua investigação é de âmbito nacional. Está sob sua direção o Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola-SNPA, constituído por instituições públicas federais, universidades estaduais, empresas e fundações privadas, de forma colaborativa e com o objetivo de organizar a pesquisa sobre o tema.

Em termos de cooperação internacional, a Embrapa mantém 78 acordos bilaterais de cooperação técnica com mais de 56 países e 89 instituições e acordos multilaterais com 20 organizações internacionais. Mantém laboratórios virtuais no exterior (Labex) para desenvolver pesquisas nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Holanda e Coréia do Sul. A partir dos anos 2000, abre escritórios em Gana, Panamá e, o caso que interessa para este artigo, a Venezuela.

Assim, se é verdade que, de um ponto de vista geral, o elemento dinâmico do capitalismo brasileiro reside mais em explorar as vantagens do baixo custo de mão de obra do que na necessidade de processos endógenos de geração de novas tecnologias e produtos e aplicação de tecnologia da ciência à produção (Carlotto, 2013), isso não é verdade no caso da agricultura. Na agricultura, a investigação científica, feita quase que exclusivamente pela Embrapa, mostra-se realmente importante. É essa especificidade que faz da cooperação científico-técnica em matéria agrícola entre Brasil e Venezuela um caso particularmente interessante.

Se por um lado, os Labex, quando foram criados, tinham por objetivo buscar tecnologia agrícola entre os países desenvolvidos, a partir do governo Lula, essa política muda radicalmente. A ação no exterior da Embrapa deixa de ser meramente reativa e passa a ser propositiva, escolhendo, principalmente

países cultural e economicamente mais próximos, para vender ou doar⁸ a tecnologia de produção criada no Brasil, de maneira estrategicamente articulada à nossa política externa.

Assim, conforme argumenta Elias de Freitas, responsável pelo escritório da Embrapa em Caracas até 2012:

O projeto para a criação de um escritório da Embrapa na América Latina existe já há muitos anos e a ideia inicial era abrir o escritório no Panamá. Fizemos estudos sobre a importância e necessidade desse escritório. Quando apresentamos a proposta ao presidente Lula, ele gostou muito. Apenas riscou o nome Panamá e escreveu Venezuela (Entrevista concedida em 16 de abril de 2012).

O escritório da Embrapa em Caracas foi responsável por dois grandes projetos de importância para a Venezuela. O primeiro, “Projeto Agrário Integral Socialista José Inácio de Abreu e Lima”, localizado no município de El Tigre, estado de Anzoátegui, se destina à produção de alimentos e à formação técnica de profissionais para atuação no setor agrícola. O segundo, trata da colaboração da Embrapa para a criação de um “banco de sementes”, de acordo com o Plano Nacional de Sementes do Serviço Nacional de Semente (SENASA) ligado ao INIA na Venezuela.

A cooperação entre a Embrapa e a Venezuela não tem nenhuma condicionalidade e usa tecnologias adaptadas que respeitam o uso local, em temas abandonados pelos doadores tradicionais, como é o caso do desenvolvimento agrícola e rural. A Venezuela é um país altamente dependente do petróleo. Nos últimos anos, mais de 90% das exportações se restringiram a esse único produto. Pode-se dizer, portanto, que a Venezuela exporta petróleo e importa o resto, tornando a segurança alimentar especialmente relevante. O petróleo também foi o responsável histórico por tornar a Venezuela, desde a década de 1940, o país mais urbano da América do Sul. Assim, ao longo de sua história, houve um déficit de mão de obra agrícola, o que torna o tema da formação técnica igualmente importante.

A cooperação entre Brasil e Venezuela não é uma cooperação entre um país grande e um pequeno. Pelo contrário, a Venezuela é um dos países que mais coopera no mundo, assumindo um papel importante como doadora de cooperação. Segundo o Reality of Aid Project de 2010, estima-se que a Venezuela tenha mobilizado algo entre 1,1 e 2,5 bilhões de dólares em 2008, que corresponde a aproximadamente 0,71 a 1,52% do PIB do país. Valor muito superior ao mobilizado pela Rússia, por exemplo, que, no mesmo ano, atingiu, segundo o mesmo relatório o valor de U\$ 800 milhões. Em termos de porcentagem do PIB, só se compara com a Arábia Saudita, que aporta 1,5% do PIB à ajuda ao desenvolvimento sul-sul. O aporte venezuelano corresponde a 18% do total aportado por todos os países à cooperação sul-sul. Apesar de sempre ter destinado uma porcentagem alta de seu PIB para a cooperação, principalmente para o Caribe, esse valor aumentou muito durante o governo Hugo Chávez. Isso porque a Venezuela, assim como o Brasil na década de 2000, assumiu importante papel no sistema internacional. Com a chegada

8 A doação de tecnologia agrícola feita pelo Brasil, se em um primeiro momento pode parecer uma via de mão única, esse argumento é facilmente refutado, uma vez que o apoio agrícola, como ocorre em outras áreas e é praticado por muitos países, pode facilitar as condições para futuras vendas de equipamentos e prestações de serviços por utilizar tecnologia brasileira

de Chávez ao poder, a política externa se transforma em importante instrumento da política nacional e a legitimidade do mandatário também passou a depender de sua legitimidade perante os vizinhos. Portanto, o projeto de El Tigre, além de sua contribuição interna à Venezuela, ele tem uma característica de aproximar os países em um tema importante para ambos no cenário internacional.

O projeto de transferência de tecnologia para o Banco de Sementes é igualmente importante para ambos os países. Do ponto de vista venezuelano, a cooperação agrícola tem por objetivo “*garantizar la seguridad y soberanía alimentaria de Venezuela, con un énfasis en la producción familiar de alto valor agregado*”, temas caros ao desenvolvimento do país. A experiência e a base tecnológica da Embrapa foram postas à disposição da Venezuela para a organização do Plano Nacional de Sementes, que consiste na produção, armazenamento e processamento de sementes de soja, milho, feijão e hortaliças (Comunicado Conjunto, 26/03/2008).

Do ponto de vista do desenvolvimento, há uma clara distinção entre produzir soja e produzir feijão. A soja, produto cujos estudos estão mais bem desenvolvidos na Embrapa e que a empresa dedicou grande parte do seu tempo e capital gera uma cadeia produtiva *up stream* e *down stream*, que pode desencadear um aprimoramento de todo o setor, inclusive do ponto de vista industrial. Outra importante consequência é a possibilidade de existência de uma verdadeira integração produtiva com o Brasil. Isso é diferente de produzir feijão, já que este não envolve outros setores e não é processado, ou agregado de valor, mas serve para o consumo final.

A questão que se coloca, portanto, diz respeito a que tipo de semente é produzida e quem se apropria do produto. Ou seja, para que serve esse projeto, do ponto de vista do desenvolvimento do país e da sua segurança alimentar.

Como exposto anteriormente, a Venezuela é uma economia rentista. Isso quer dizer que seus recursos vêm, principalmente da renda do petróleo e o Estado, no caso venezuelano, é o principal beneficiário e tem o protagonismo na distribuição da renda. De maneira geral, em uma economia rentista, a riqueza não tem relação com o trabalho, o aumento da renda não tem a ver com o aumento da produtividade e o crescimento do consumo não tem relação com o aumento da produção interna. Assim, o crescimento do PIB, os gastos governamentais, o salário e as importações não dependem da dinâmica da relação entre capital e trabalho, mas do preço internacional do petróleo. O rentismo tem, portanto, como consequência, o aumento da dependência em relação ao produto exportado (no caso o petróleo), o aumento da desigualdade estrutural da sociedade e o aumento da dependência em relação ao Estado. Por isso, a segurança alimentar do país é tema central do seu desenvolvimento. A Venezuela conta, por isso, com um importante marco institucional, do qual destacam-se duas leis.

A primeira delas é a lei de terras de 2005 que regula “*el uso de todas las tierras, públicos y privados, con vocación de agricultura uso agrícola*”. O passo importante da lei é a explícita proibição do latifúndio, claramente definido como “*extensión de tierras que supere el promedio de ocupación de la región o no alcance un rendimiento idóneo del ochenta por ciento (80%)*”, e a subcontratação de trabalho no campo.

Se é verdade que a produção de soja da cooperação com o Brasil é feita nos moldes da Embrapa, de grandes propriedades, uma vez que, segundo a Embrapa “*a soja só é rentável se produzida em larga escala*”, a solução encontrada na Venezuela foi a grande propriedade pública, o que evita o problema do latifúndio. Segundo o representante da Embrapa na Venezuela, “*(...) no seu projeto inicial, a Embrapa garantiu ao governo venezuelano 50 mil empregos*” (Entrevista concedida em 16 de abril de 2012).

Outra lei importante é a Lei de Sementes aprovada pelo Congresso Venezuelano em 14 de outubro de 2014. Desde o Plan Nacional de Semillas de abril de 2005 a Venezuela é contra o uso de sementes transgênicas. Em outubro do ano passado a semente transgênica é proibida por lei. A lei inova também ao defender que as sementes são “antipatente”, em seu preâmbulo.

A esse arcabouço institucional venezuelano pode ser acrescido o fato de a Venezuela ter inovado no tema da cooperação técnica, ao assinar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST), acordos para formação técnica. Foi assinado, por exemplo, acordo para a criação do Instituto Agroecológico Latino-americano “Paulo Freire” (IALA), responsável pela formação técnica e política de trabalhadores do campo, outra inovação institucional importante, que reforça a ideia de que se trata de uma política de cooperação nova e de caráter estratégico.

Conclusão

O objetivo do presente artigo era partir de uma crítica do paradigma da “sociedade do conhecimento” como um novo estágio de desenvolvimento que se abre de modo relativamente homogêneo a todos os países que se disponham a integrar os fluxos internacionais de bens, serviços e informações, bem como ao padrão de inserção cooperação internacional que esse modelo projeto para entender o significado da inflexão que marcou as políticas de inserção, integração e cooperação internacional do Brasil nos anos 2000.

O objetivo era mostrar como a política de cooperação em matéria agrícola entre Brasil e Venezuela pode ser compreendida como um exemplo desse novo padrão de desenvolvimento, inserção e cooperação internacional em que o desenvolvimento de capacidade científica e tecnológica assume um lugar decisivo na estratégia de integração produtiva regional.

A partir dessa caracterização geral, uma série de desafios se abre para os pesquisadores que pretendem compreender os novos padrões de cooperação internacional, em especial no âmbito científico-técnico, entre países de renda média, também chamados países do sul. O principal desafio é explorar, justamente, a efetividade das novas políticas de cooperação estabelecidas em termos da promoção de novos padrões de inserção e desenvolvimento. Em que medida essas novas formas de cooperação – das quais a cooperação em matéria agrícola entre Brasil e Venezuela é um caso marcante – resultaram efetivamente em capacitação técnico-científica para os países envolvidos? Até que ponto essa cooperação tem capacidade para induzir processos de integração regional em âmbito produtivo? Quais são os principais obstáculos para a efetividade dessa política? Quais atores poderiam ser mobilizados para superar esses obstáculos? São algumas das perguntas que esforços futuros de pesquisa precisam responder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUCKMANN, Monica. **Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico.** Dissertação de doutorado, UFF, 2011.
- ARBIX, Glauco. **Da liberalização ceda dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento.** Tempo Social, v. 14, n.1, 2002.

- BARBOSA, Rubens. **O Brasil fora das cadeias globais**. O Estado de São Paulo, 26 de fevereiro de 2013.
- BARBOSA, Nelson & SOUZA, José Antônio Pereira. **A inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda**. In: Garcia, Marco Aurélio e Sader, Emir (Org) **Brasil entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.
- BECERRA, Martin. **Sociedad de la información. Proyecto, convergencia, divergencia**. Buenos Aires, Grupo Norma, 2003.
- BERNAL MEZA, R. **América Latina e a sociedade da informação**. Revista Política Externa. v. 15, n. 4, p. 23-42. São Paulo, Paz e Terra, USP e IEEI, 2007.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>
- CARLOTTO, Maria Caraméz. **Veredas da mudança na ciência brasileira: discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo**. São Paulo: Editora 34/ Scientiae Studia, 2013.
- CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. **O novo paradigma do desenvolvimento e suas instituições**. In: Castro, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate**. p. 397-416. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CEPAL. **Los Caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y Caribe**. Santiago, Chile: UN-CEPAL, LC/G. 2195, Documento de Bavaro, Punta Cana, Rep. Dominicana, 2003.
- CERVO, Amado Luiz. **Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 37, n. 1, p. 37-63, 1994.
- _____. **Inserção Internacional: conceitos básicos**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008
- CHANDLER, David & SISK, Thimoty (org). **Routledge Handbook of International Statebuilding**. Londres: Routledge, 2013.
- CHESNAIS, François. **“The French national system of innovation”**. In: NELSON, Richard. (Org). **National Innovation Systems: a comparative analysis**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- COMUNICADO CONJUNTO. MRE, **Comunicado Conjunto Visita do Presidente Hugo Chávez Frías ao Brasil**, em 26/03/2008. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/americ...>
- CORIAT, Benjamin. **“O novo regime de propriedade intelectual e sua dimensão imperialista: implicações para as relações norte/sul”**. In: Castro, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate**, p. 375-396. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- DRAHOS, Peter. **Global property rights in information: the history of TRIPS at the GATT**. Prometheus, v. 13, n. 1, p. 6-19, 1995.
- FREITAS, Elias. **Entrevista sobre a presença da Embrapa em Caracas**. Caracas, depoimento de 16 de abril de 2012. Caracas. Entrevista concedida a Verena Hitner.
- GODIN, Benoît. **The new economy: what the concept owes to the OECD**. Research Policy, v. 33, p. 679-690, 2004.
- MERCADO, Alexis. **La estructura productiva de América Latina: convergencia hacia la sociedad del**

- conocimiento.** Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, v.11, n.1 p. 209-242, 2005.
- MILANI, Carlos; SUYAMA, Bianca & LOPES, Luara. **Políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento no norte e no sul: que lições e desafios para o Brasil?** São Paulo: Fundação Friedrich Erbert Stiftung, 2013.
- MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal.** Educação em revista, v. 27, n.1, p. 93-112, 2011.
- MOULIER-BOUTANG, Yann. **Richesse, propriété, liberté et revenu dans le “capitalism cognitif”.** Multitudes, n. 5, p. 17-36, 2001.
- _____. **Le Sud, la propriété intellectuelle et le nouveau capitalism émergeant.** Multitudes Web, n. 12, on-line, 2005. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/Le-Sud-la-propriete-intellectuelle>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- _____. **Droits de propriété intellectuelle, terra nullius et capitalisme cognitif.** Multitudes, n. 41, p. 66-72, 2010.
- NEGRI, Fernanda de. **Elementos para uma análise da baixa inovatividade brasileira e o papel das políticas públicas.** Revista USP, v. 93, p. 81-100, 2012.
- NELSON, Richard. (Org). **National Innovation Systems: a comparative analysis.** Oxford: Oxford University Press, 1993.
- PÉREZ, Carlota. **Revoluciones Tecnológicas y Capital Financiero. La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza.** Cidade do México: Siglo XXI, 2004.
- SANTOS, Laymert. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética.** São Paulo: Editora 34, 2003.
- SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira 1993 a 2007.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.
- SCHUTTE, Giorgio (2012) **Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 1, n.2, 2012
- SHARIF, Naubahar. **Emergence and development of the national innovation systems concept.** Research Policy, v. 35, p. 745-766, 2006.
- SUNSHINE, Fabio. **El derecho de propiedad intelectual internacional.** Cuadernos Nuestra América, v. 23, p. 35-36, 2005.
- TACHINARDI, Maria Helena. **A guerra das patentes. O conflito Brasil X EUA sobre propriedade intelectual.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.
- THEIS, Ivo Marcos. **A sociedade do conhecimento realmente existente da perspectiva do desenvolvimento desigual.** URBE Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 5, n. 1, p. 133-148, 2013.
- THE REALITY OF AID. **Reality of aid 2010 report: aid and development effectiveness, towards human rights, social justice and democracy.** Quezon City. ROA. 2011. Disponível em http://www.realityofaid.org/roa_report/aid-and-development-effectiveness-towards-human-rights-social-justice-and-democracy/
- VENEZUELA. **Plan Nacional de Semillas.** INIA. 2005. Disponível em http://esat.inia.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=67:plan-nacional-de-semillas&catid=36:cat-proyectos&Itemid=70